

Bônus para queda de 10% a 20% na conta de luz

Encargo sobre tarifa vai bancar o programa de incentivo do governo federal para a economia voluntária

Por Daniel Rittner — De Brasília
30/08/2021 05h01 Atualizado há 4 horas

Está praticamente fechado no governo o programa de incentivos para a economia voluntária de energia por consumidores do mercado regulado (clientes das distribuidoras), como residências e pequeno comércio. Ganhará desconto, nas contas de luz, quem diminuir o consumo em pelo menos 10% na comparação com igual período do ano passado. O bônus na tarifa deve valer até uma redução de 20% - ou seja, deixaria de ter efetividade para economia acima desse patamar.

O valor exato do desconto ainda passa por refinamento. Até sexta-feira, o governo trabalhava com a perspectiva de um bônus de R\$ 1 para cada kilowatt-hora (kWh) do volume de energia acima da meta de 10%. No entanto, durante o fim de semana, autoridades do setor elétrico e integrantes da equipe econômica passaram a avaliar que esse percentual seria oneroso demais ao sistema.

Por isso, o valor final deverá ter um ajuste para baixo. Para efeito de comparação: a bandeira vermelha patamar 2 subiu para R\$ 9,49 para cada 100 kWh em julho e agora está indo para algo em torno de R\$ 14. O bônus em discussão ficaria em R\$ 100 por cada 100 kWh de consumo, embora restrito apenas à fatia da conta de luz que supera a redução de 10%.

Para calcular o percentual de economia, a comparação começará com base em uma média mensal do consumo no trimestre setembro-outubro-novembro de 2020. Assim, exclui-se o período de restrições mais intensas à mobilidade por causa da pandemia, com o fechamento do comércio - o que poderia provocar distorções na comparação anual. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, quer que o sistema de bônus dure até abril de 2022.

Os recursos para bancar esse desconto vão sair do Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que é cobrado nas próprias tarifas de energia. Uma das dificuldades do governo, portanto,

será explicar se não estaria simplesmente dando com uma mão para tirar com a outra: criando um bônus que, em última instância, é arcado pelos mesmíssimos consumidores.

O ESS banca o acionamento de usinas térmicas que têm custo muito alto. Algumas das unidades ligadas ultimamente, em função da escassez hídrica, chegam a ter megawatt-hora acima de R\$ 1.500. Conforme explica uma autoridade do setor, em vez de bancar o acionamento das térmicas por esse preço, o encargo será destinado a remunerar os pequenos consumidores com um valor menor. “Não faz sentido dizer que é trocar seis por meia dúzia”, defende uma fonte.

O saldo final, segundo esse funcionário do governo, é que o sistema elétrico como um todo será menos caro de operar se um número significativo de clientes das distribuidoras aderir à redução voluntária do consumo e atingir pelo menos 10% de economia.

Enquanto isso, a situação continua se deteriorando. Na sexta-feira, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) soltou suas projeções para setembro e estimou que os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste vão chegar ao fim do mês com apenas 15,4% da capacidade de armazenamento - muito abaixo do nível verificado na mesma data do ano passado (32,9%) e até de 2001, quando houve racionamento de energia (20,7%). O subsistema Sudeste/Centro-Oeste é considerado a principal caixa d'água do país.

Na tentativa de desestimular o consumo elevado, a bandeira vermelha patamar 2 deverá ter novo aumento perto de 50% nesta semana. O Ministério de Minas e Energia queria uma alta dos atuais R\$ 9,49 por cada R\$ 100 kWh para R\$ 24 até dezembro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, insistiu para que o aumento fosse mais brando. A taxa extra na conta de luz vai para R\$ 14 e terá vigência até maio de 2022. O impacto na tarifa final deve ficar em cerca de 7,5%.
